



ÉVORA S.A.
CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ÉVORA S.A. - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Senhores Acionistas
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas pelo correspondente relatório dos auditores independentes, sobre as quais apresentamos os comentários a seguir.

Contexto Operacional
A Évora atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e no comércio de náteocidos para os mercados de higiene e saúde, de latas de alumínio para bebidas, e de tampas plásticas para bebidas, higiene, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de náteocidos é global; em latas de alumínio para bebidas é o Brasil, e em tampas plásticas é o cone sul da América do Sul. Ao todo, são 33 unidades industriais localizadas em 14 países, cobrindo 4 continentes. Destas, estamos presentes nacionalmente com 13 unidades produtivas em 9 estados. Ainda no negócio de náteocidos, como parte de nossa estratégia de inovação, contamos com 4 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas americanas de Simpsonville, na Carolina do Sul, e de Terre Haute, em Indiana, e nas plantas de Peine, na Alemanha e de Sulmona, na Itália.

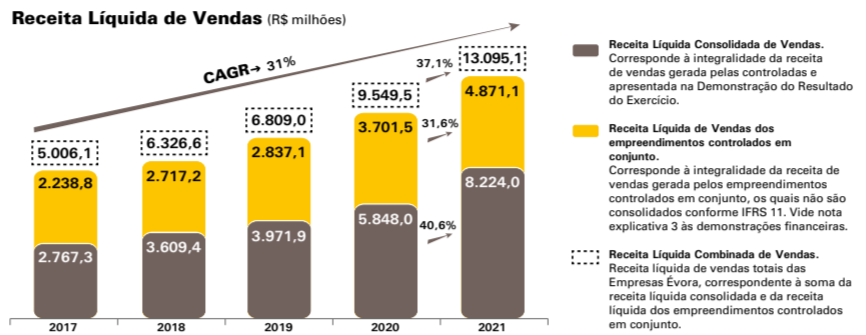
Os negócios de náteocidos e de tampas plásticas são integralmente detidos pela Évora. No negócio de latas de alumínio para bebidas atuamos desde 1995 através de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc., uma das líderes mundiais nesse setor.

A controlada Fitesa detém, ainda, em Santa Catarina no bioma Mata Atlântica, florestas de pinus e de eucalipto através da subsidiária integral Rio Novo Florestal, cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região.

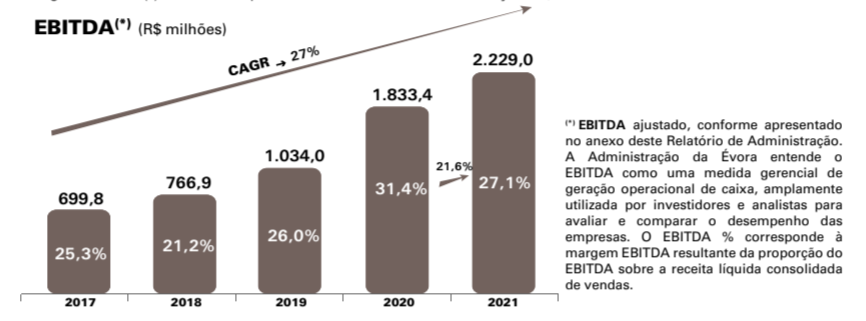


utilização desses ativos e dos novos investimentos em andamento e que entrarão em operação em 2022 adicionam significativo aumento da capacidade de produção de náteocidos, o que projeta a continuidade do crescimento futuro da receita de vendas. O empreendimento controlado em conjunto no segmento de latas de alumínio, não incluído na receita consolidada de vendas, apresentou receita líquida de R\$ 4.871,1 milhões, com crescimento de 31,6% em relação ao ano anterior, também adicionou novas capacidades decorrentes da implantação de nova unidade produtiva de latas de alumínio em Uberaba, MG, o que também projeta a continuidade do crescimento futuro de resultados.

A dispersão geográfica das nossas operações e a diversidade de categorias de consumo atendidas concorrem para a mitigação de riscos e para a melhor previsibilidade de resultados. Da receita líquida consolidada de vendas e da geração operacional de caixa consolidada, 80% e 74%, respectivamente, são por ativos localizados no exterior.



O crescimento da receita líquida de vendas, associado à manutenção da eficiência operacional e ao permanente controle de custos, resultou na geração operacional de caixa medida pelo conceito EBITDA(*) de R\$ 2.229,0 milhões, a maior na história da Companhia, 21,6% superior a geração operacional de caixa do ano anterior, que por sua vez já havia crescido 77,3% sobre o ano de 2019. O CAGR do EBITDA(*) do período 2017-2021 foi de 27%, pouco abaixo ao patamar de crescimento da receita líquida nesse mesmo período, comprovando a assertividade das decisões dos novos investimentos. A margem EBITDA(*) / Receita Líquida Consolidada de Vendas alcançou 27,1%.



O lucro líquido de R\$ 1.071,6 milhões foi negativamente impactado pelo resultado financeiro realizado como reflexo da desvalorização do Real frente ao Dólar sobre os empréstimos e financiamentos. Os investimentos de capital (CAPEX) consolidados em 2021 totalizaram R\$ 800,8 milhões, financiados pela geração operacional de caixa e por empréstimos de longo prazo, estratégia de "funding" que será mantida em 2022. O indicador que mede a capacidade de servir os

financiamentos pelo conceito Dívida Líquida Consolidada/EBITDA(*) encerrou o ano em 1,8 vezes, mantido em patamar reduzido, em que pese os expressivos investimentos no ano, em função do expressivo aumento do EBITDA(*). A Administração considera aceitável esse patamar de dívida diante do potencial de geração de caixa dos ativos operacionais e da característica de longo prazo do endividamento, com vencimentos até 2037 e concentração diluída entre 2022 e 2024. Ao mesmo tempo, vem executando oportunidades de alongar o perfil dos prazos de vencimento do atual endividamento, bem como reduzir seu custo médio.

Em R\$ milhões	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Líquida Combinada de Vendas das Empresas Évora	5.006,1	6.326,6	6.809,0	9.549,5	13.095,1
Receita Líquida Consolidada	2.767,3	3.609,4	3.971,9	5.848,0	8.224,0
EBITDA (*)	228,8	194,3	357,1	868,3	1.071,6
Ativo Total Consolidado	699,8	766,9	1.034,0	1.833,4	2.229,0
Patrimônio Líquido	4.446,1	5.533,1	5.500,4	8.603,8	9.206,2
Dívida Líquida Consolidada/EBITDA (*)	1.283,2	1.296,0	1.880,7	3.063,9	2.640,7
Colaboradores	2,6	2,8	1,9	1,4	1,8
Receita de Vendas Combinada/Colaborador	2.762	3.001	3.141	3.477	4.104
	1,81	2,11	2,17	2,52	3,19

(*) EBITDA ajustado, conforme apresentado no anexo deste Relatório de Administração. Receita de Vendas do Grupo Econômico contempla a receita de vendas consolidada somada à receita de vendas gerada pelos empreendimentos controlados em conjunto.

Expansão dos negócios
Nossa estratégia de crescimento visa, principalmente, defender e fortalecer a posição das empresas nos mercados onde atuamos, ao mesmo tempo em que avaliamos oportunidades de explorar novas geografias e aquisições. O sucesso dessa estratégia depende da nossa competência em antecipar demandas não atendidas, em implantar "greenfields" e "brownfields" nos prazos e valores orçados, e em integrar os negócios adquiridos aos nossos valores e práticas de gestão, em ambos os casos capturando os ganhos de escala e sinergias.

Como parte dessa orientação estratégica, seja por crescimento orgânico ou por aquisições, as Empresas Évora estão executando um programa de investimentos de expansão equivalente a US\$ 620 milhões no triênio 2020-2022. A Administração está confiante no crescimento dos principais mercados que serão servidos pelas novas capacidades instaladas e pelas aquisições cujos principais projetos desde triênio 2020-2022 são:

- Em relação ao aproveitamento das oportunidades de crescimento por aquisição a Fitesa concluiu três aquisições em 2020, sendo (i) a aquisição do controle da Freudenberg Hygiene Brazil Ltda., que inclui uma planta industrial em Jacaré, SP dedicada à produção de náteocidos para aplicação em produtos descartáveis higiênicos; (ii) a aquisição dos ativos da Fiber Dynamics Inc., que inclui uma planta industrial em High Point, NC nos Estados Unidos dedicada à produção de não tecidos voltados à fabricação de lenços de limpeza e desinfecção ("wipes") e de máscaras descartáveis, entre outros; e (iii) a aquisição da divisão de filmes para "Personal Care" da Tredgar Corporation, composta de cinco plantas industriais em Diadema, SP, no Brasil, Terre Haute, IN, nos Estados Unidos, Kerkrade, na Holanda, Rétság, na Hungria e Pune, na Índia, cuja produção é voltada para filmes e elásticos para aplicação em produtos descartáveis higiênicos.

• Já a expansão orgânica da Fitesa consiste na instalação de onze novas linhas de produção de náteocidos voltadas aos segmentos de higiene e ao segmento de saúde na Tailândia, no Brasil, nos Estados Unidos, na Itália e na Alemanha.

• Na Crown Embalagens o forte crescimento do mercado resultou no esgotamento da atual capacidade de produção instalada de latas. A Crown já executa um plano de expansão para atender o crescimento no mercado de latas no Brasil composto da instalação de uma nova linha de produção de latas de alumínio na planta industrial de Rio Verde, GO e de uma nova planta em Uberaba, MG.

• No negócio de tampas plásticas, a América Tampas colocou seus esforços para atender o aumento da demanda de produtos de higiene pessoal e limpeza doméstica cujo seguimento à consolidação e crescimento do investimento feito na operação na Argentina e da produção de cápsulas para café como parte da estratégia de diversificação dos segmentos de atuação, além dos investimentos em novas capacidades no Brasil.

Ficamos à disposição desde já para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020				
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita líquida de vendas (Nota 23)			8.223.983	5.847.955
Custo das vendas (Nota 24)			(6.480.645)	(4.332.877)
Lucro bruto			1.743.338	1.515.078
Despesas com vendas (Nota 24)			(413.853)	(296.216)
Despesas administrativas (Nota 24)	(48.273)	(37.576)	(333.712)	(289.006)
Outras (despesas) receitas, líquidas	5.245	(3.723)	(183.205)	318.208
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	(43.028)	(41.299)	812.568	1.248.064
Receitas financeiras (Nota 25)	63.683	57.611	622.019	752.561
Despesas financeiras (Nota 25)	(25.949)	(35.988)	(856.564)	(1.434.387)
Resultado financeiro	37.733	21.613	(234.635)	(681.826)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	1.076.865	887.970	656.124	444.996
Resultado antes dos impostos	1.071.572	868.284	1.071.572	1.011.224
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 8)			(154.954)	(118.400)
Lucro líquido do exercício	1.071.572	868.284	1.071.572	892.824
Resultado atribuído aos acionistas não controladores			(7.531)	(24.540)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.071.572	868.284	1.071.572	868.284
Lucro por ação				
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído (em R\$)			66,89	54,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020				
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	1.071.572	868.284	1.071.572	868.284
Outros componentes do resultado abrangente	142.483	577.019	142.483	577.019
Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ajustes acumulados de conversão	141.594	578.678	141.594	578.678
Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuais com benefícios a empregados (Nota 17)	889	(1.659)	889	(1.659)
Total do resultado abrangente do exercício	1.214.055	1.445.303	1.214.055	1.445.303
Resultado atribuído aos acionistas não controladores			(20.394)	70.785
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.214.055	1.445.303	1.234.449	1.374.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINIDOS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.071.572	868.284	1.234.057	1.011.225
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	350	304	545.497	449.742
Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	37.221	34.989	237.792	662.280
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados			3.036	6.047
Efeito do desajuste na aquisição de controladas				(327.219)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.076.865)	(887.970)	(656.124)	(444.986)
Variações nos ativos e passivos	(5.021)	202.403	(263.520)	(200.183)
Aumento de estoques			(208.412)	(143.465)
(Aumento)/diminuição de contas a receber e outras contas a receber	(2.532)	132.518	(251.364)	(210.105)
(Diminuição)/aumento do contas a pagar e outros fornecedores	(2.743)	66.915	153.744	185.042
Arrendamento - pagamento			(8.622)	(10.112)
Aumento/(diminuição) em outros impostos líquidos	254	2.970	51.134	(21.543)
Outras atividades operacionais	1.328.908	373.590	254.917	335.205
Imposto de renda e contribuição social pagos			(273.972)	(37.590)
Dividendos recebidos	1.309.358	373.590	528.888	372.795
Juros sobre capital próprio recebidos	19.550			
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	1.356.165	591.600	1.356.654	1.492.111
Redução por créditos/debitos com controladas	(11.328)	(69.543)		
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(200)	(268)	(800.672)	(519.304)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(64.158)	(1.700)		
Integralização de capital em controladas			(78.008)	
Diminuição de capital em controladas			6.766	
Aquisição de controladas líquido do caixa adquirido				(562.225)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(75.686)	(142.753)	(800.672)	(1.081.529)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento de mútuo e avião com controladas			(97.769)	
Pagamento de principal de empréstimos	(11.001)		(864.745)	(778.105)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	(35.092)	(68.788)	(175.037)	(176.823)
Empréstimos e financiamentos tomados	200.000		1.819.884	918.147
(Diminuição)pagos	(1.810.503)	(62.758)	(1.810.503)	(87.112)
Juros sobre capital próprio pagos	(10.625)		(10.625)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.667.221)	(229.315)	(1.041.026)	(123.893)
Varição cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa			22.023	139.347
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(386.742)	219.532	(464.021)	426.036
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	499.044	279.512	996.409	570.013
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	112.302	499.044	532.028	996.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados de 2021
Os negócios da Évora são fortemente afetados a segmentos do mercado de consumo de massa que possuem características defensivas. A despeito do ambiente macroeconômico desafiador em decorrência dos efeitos globais da pandemia da COVID-19, os negócios da Évora obtiveram novos recordes de vendas, de geração operacional de caixa e de geração de lucro.

A receita líquida combinada das Empresas Évora atingiu R\$ 13.095,1 milhões, crescimento de 37,1% sobre o ano anterior, sendo 31% o crescimento médio anual ponderado (CAGR) no período de 2017-2021. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 8.224,0 milhões, crescimento de 40,6% sobre o ano anterior, suportado principalmente pelas vendas das capacidades disponíveis instaladas pela Fitesa em anos recentes para atendimento ao segmento de saúde no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e na Itália e de higiene na Tailândia, além dos resultados de ano completo das aquisições ocorridas ao longo de 2020 das operações voltadas a atender o segmento de higiene com náteocidos no Brasil, com filmes e compostos elásticos no Brasil, Estados Unidos, Holanda, Hungria e Índia e com náteocidos para lenços de limpeza e desinfecção ("wipes") nos Estados Unidos. Este conjunto de investimentos recentes ainda não atingiu a maturidade de sua curva de vendas. A plena

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020				
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	112.302	499.044	532.028	996.049
Contas a receber de clientes (Nota 6)			1.429.284	1.182.132
Estoques (Nota 7)			1.020.684	781.529
Dividendos a receber (Nota 9)	18.210	129.466	18.210	4.685
Impostos a recuperar (Nota 10)	4.181	7.620	151.719	148.665
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)			3.512	
Outros créditos	778	871	98.053	43.210
Total do Ativo Circulante	135.471	637.001	3.253.490	3.156.270
Depósitos judiciais (Nota 15)	90.701	88.431	94.556	115.972
Impostos diferidos (Nota 8)	2.375	2.375	123.836	119.910
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	58.669	47.342		
Impostos a recuperar (Nota 10)	4.476	2.486	131.704	114.624
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9)		2.000		
Outros créditos, bens e valores	1.009	656	7.394	25.160
Investimentos (Nota 11)	2.746.446	2.678.589	654.784	536.575
Imobilizado (Nota 12)	1.382	1.532	4.420.880	3.983.093
Intangível (Nota 13)	261	261	523.018	551.962
Total do Ativo não Circulante	2.905.319	2.823.672	9.209.662	8.603.748
Total do Ativo	3.040.790	3.460.673	9.209.662	8.603.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020											
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		
			Subvenção para investimentos	Debêntures conversíveis	Legal	Investimentos	Reserva de reavaliação				



ÉVORA S.A.

CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

→ continuação

i. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são apresentados.
ii. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações incluem um exemplo prático para certos requisitos dos CPCs, informados acima, relacionadas a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

iii. Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas e empreendimento controlado em conjunto
A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.
Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.
Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na transação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Combinação de negócios
Combinções de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos controlam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ativo que surja na transação é listado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável imediatamente após a aquisição de controle. Os custos da transação são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.
(iv) Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(v) Operações no exterior
Ganhos e perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a diferença correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.
(vi) Participação de acionistas não-controladores
A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.
b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.
A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa nº 20.

A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao VJR.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
(ii) Passivos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa nº 20.
Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado.
A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retratadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
b.2. Instrumentos financeiros derivativos
Certas controladas da Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado.

b.3. Capital Social
Ações ordinárias e preferenciais
Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.
O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, caso seja não resgatável ou somente resgatável a escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito ao dividendo na mesma proporção daqueles pagas as ações ordinárias.
Debêntures
As debêntures emitidas são convertíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e preferenciais e a opção de liquidar ou convertê-las, está sob controle da Companhia, portanto, atendem os pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais.
Os juros das debêntures são contabilizados como passivo financeiro.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)
1. Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
Mensuração das perdas de crédito esperadas
A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis em custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perda, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais sobre os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias;
- restituição de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título ou para causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto do ativo.
2. Passivos financeiros
Os ativos financeiros são avaliados e baixados quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros
Em cada data de relatório, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC).
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente se a perda não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

d. Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.
A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurado mensalmente na proporção do consumo.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível
O ágio (goodwill) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.
O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.
Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.
Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Estoques
Os estoques ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.
g. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento
Um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento é reconhecido quando o arrendatário obtém o controle econômico do ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.
Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Arrendamentos
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. O custo de direito de uso refere-se ao custo do ativo subjacente, determinada na mesma base que o do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.
A taxa incremental sobre empréstimos é determinado obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.
Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção; e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estiver exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fino em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia e suas controladas optam por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

i. Benefícios concedidos a empregados
Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetado, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado que o empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.
A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

J. Receita operacional
A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.
O IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:
i) A identificação do contrato com o cliente;
ii) A identificação das obrigações de desempenho;
iii) A determinação do preço da transação;
iv) A alocação do preço da transação; e
v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Os contratos de compra e venda sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistência governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado.
As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação.
ii. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram os efeitos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

8. Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito de conversibilidade em ações e suas ações preferenciais e ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.
9. Caixa e equivalentes de caixa

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.
8. Imposto de renda e contribuição social
Controladas no exterior
As controladas no exterior estão sujeitas à alquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e 15% nos Emirados Árabes Unidos, incidindo tais alquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.
Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas.

(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

	31/12/20	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	Consolidado 31/12/21
Ativo:					
Variação cambial	70.805	13.604	(4.200)	(1.408)	78.801
Outras diferenças temporárias	31.045	17.804	(7.265)	(5.740)	35.844
Prejuízo fiscal e base negativa	38.926	5.029	9.472	(20.385)	33.042
	140.776	36.438	(1.993)	(27.533)	147.687

	31/12/20	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	Consolidado 31/12/21
Passivo:					
Variação cambial	453	(14.666)	(8.295)	119	(22.389)
Valor justo de controladas	(134.890)	(33.260)	—	18.229	8.664
Depreciação	(94.751)	—	—	(383)	82.229
Outras diferenças temporárias	771	(2.362)	(4.286)	(6.548)	(12.425)
	(228.417)	(60.288)	5.265	84.328	(189.112)
Impostos diferidos líquidos	(87.641)	—	—	—	(87.641)
Ativo	119.910	—	—	—	119.910
Passivo	(207.551)	—	—	—	(207.551)
	(87.641)	—	—	—	(87.641)

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realizações dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
2022	50.620	5.939
2023	5.939	5.110
2024	—	86.018
Após 2024	—	147.687

(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R\$ 101.452 de base de prejuízos fiscais de imposto de renda e R\$ 74.592 de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que potencialmente serão compensados com lucros tributários futuros ou reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12).

(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e a contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.071.572	868.284	1.234.057	1.011.225
Incentivos fiscais ICMS	—	—	(27.153)	(20.217)
Base de cálculo	1.071.572	868.284	1.206.904	991.008
Alíquotas fiscais aplicáveis	(364.334)	(295.217)	(376.300)	(336.943)
Equivalência patrimonial	366.133	301.650	223.082	151.295
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente	(723)	(10.211)	(1.609)	(2.942)
Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior	—	—	33.612	73.683
Variáveis cambiais	—	—	192	(18.662)
Juros sobre capital próprio	5.440	4.250	5.440	12.069
Outras adições e exclusões, líquidas	(6.516)	(472)	(39.372)	3.100
	364.334	295.217	221.345	218.543
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	—	—	(154	



ÉVORA S.A.

CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

→ continuação

Movimentação do imobilizado

	Saldo					Consolidado	
	Iniciais	Adições e transferências	Baixas e transferências	Ajuste de conversão	Depreciação e exaustão	Saldos finais	
Terenos	130.165	3.943	-	3.293	-	137.401	
Prédios	1.143.807	53.888	(150)	40.816	(60.753)	1.177.608	
Máquinas e equipamentos	2.325.128	279.841	(2.767)	49.886	(409.137)	2.246.959	
Instalações	71.748	15.683	-	497	(7.881)	80.047	
Móveis e utensílios	14.108	2.999	-	-	(3.704)	13.403	
Sistemas e equipamentos de computação	17.967	10.001	(112)	953	(5.703)	23.106	
Florestamento e reflorestamento	5.813	551	-	1	(758)	5.607	
Imobilizações em andamento	207.124	695.920	(248.556)	17.901	-	672.389	
Outros	8.551	12.363	(3.909)	311	(5.276)	12.040	
Imobilizado	3.924.411	1.075.189	(255.494)	113.658	(493.212)	4.364.552	
Direitos de uso	58.682	9.332	-	(386)	(11.300)	56.328	
Em 2021	3.983.093	1.084.521	(255.494)	113.272	(504.512)	4.420.880	
Em 2020	2.600.764	977.827	(474.823)	655.874	(421.457)	3.983.093	

Provisão para redução do valor recuperável

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

13. Intangível

Composição dos saldos

	Saldo					Consolidado	
	Iniciais	Adições e transferências	Baixas e transferências	Ajuste de conversão	Amortização	Saldos finais	
Software	129.421	-	-	(72.062)	57.339	58.480	
Licença de tecnologia	99.051	-	-	(29.131)	69.920	75.566	
Intangíveis identificados	24.439	-	-	(18.681)	5.758	5.651	
Carteira de clientes	288.851	-	-	(71.268)	217.583	232.945	
Ativo intangível em avaliação	172.418	-	-	-	172.418	179.320	
Ativo intangível em avaliação	714.180	-	-	(191.162)	523.018	551.962	

Movimentação do Intangível

	Saldo					Consolidado	
	Iniciais	Adições e transferências	Baixas e transferências	Ajuste de conversão	Amortização	Saldos finais	
Software	58.480	10.139	-	3.045	(14.325)	57.339	
Licença de tecnologia	75.566	-	-	760	(6.406)	69.920	
Intangíveis identificados	5.651	-	-	(115)	(48)	5.758	
Carteira de clientes	232.945	1.407	-	2.513	(19.282)	217.583	
Ativo intangível em avaliação	179.320	1.561	-	(8.463)	-	172.418	
Em 2021	551.962	14.349	-	(115)	(2.193)	604.985	
Em 2020	324.934	140.913	-	(1.961)	116.361	551.962	

Os intangíveis correspondem aos ativos identificados, carteira de clientes, avaliados a valor justo na data de aquisição, decorrentes das aquisições de controladas, além da aquisição de softwares. A amortização destes intangíveis está sendo registrada nas contas de amortização em prazos que variam de 5 a 20 anos.

O *goodwill* decorrente da aquisição de controladas está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e resultado da determinação e alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, de acordo com a metodologia de fluxo de caixa descontado, na medida de sua colaboração na formação das receitas futuras das empresas adquiridas.

A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura dos intangíveis de controladas no exterior.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida pudessem estar acima do valor recuperável.

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa de Contrato	Consolidado			
			Circulante	31/12/21	Não Circulante	31/12/2020
Em moeda nacional						
Capital de giro		IPCA + 1,5% a 5% a.a.	-	-	1.186	17.600
Capital de giro		109% do CDI	1.010.327	-	-	-
Juros remuneratórios - debêntures			1.485	-	1.536	-
			1.011.812	-	2.722	17.600
Em moeda estrangeira						
Capital de giro	USD	Libor + 2,35 a.a. a 4,80% a.a.	312.328	502.234	224.947	666.668
Capital de giro	EUR	3,75% a.a. a 5,30% a.a.	770	31.809	12.303	172.241
Capital de giro	USD	2,99% a.a. a 5,40% a.a.	100.823	686.313	198.359	683.688
Capital de giro	EUR	0,8% a.a. a 2,98% a.a.	70.028	37.783	59.617	79.086
Capital de giro	EUR	Euribor + 1,20% a.a. a 4,60%	49.828	70.163	-	-
Ativo permanente	EUR	4,11% a.a. a 4,35% a.a.	33.178	378.469	1.574	413.257
Ativo permanente	EUR	Euribor + 0,95% a.a. a 4,00% a.a.	150.185	356.279	140.812	456.355
Ativo permanente	USD	Libor + 3,40% a.a. a 5,35% a.a.	64.247	153.922	68.358	210.460
Ativo permanente	THB	MLR (THAI) + 2,25% a.a.	21.863	208.792	28	167.919
Ativo permanente	USD	1,96 a.a. a 3,90% a.a.	23.176	349.297	-	-
			856.426	2.775.061	705.999	2.873.674
			1.868.238	2.775.061	708.721	2.891.274

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	31/12/21	31/12/20
2022	853.901	-
2023	935.122	846.806
2024	731.017	583.545
2025	537.983	324.816
Após 2025	570.939	282.206
	2.775.061	2.891.274

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

Natureza	31/12/21	31/12/20
Hipoteca de imóveis	250.718	258.006
Alienação fiduciária de bens	461.479	585.176
Aval	4.378.426	3.262.424
Notas promissórias	1.367.366	1.632.684
Outros	808.147	14.031

Os financiamentos de ativo permanente destinam-se, basicamente, a aquisição de diversas novas linhas de negócios e outros equipamentos obtidos junto aos bancos HSBC e Commerzbank, que têm seguro internacional junto às instituições financeiras Euler Hermes Kreditversicherungs AG e Serviz Assicurativi del Commercio Estero (SACE), Banco Europeu de Investimentos e Bankok Bank Public Company Limited, com taxas de juros informadas acima.

Clausulas contratuais: covenants
Alguns contratos de financiamentos de controladas, cujos saldos totalizam em 31 de dezembro de 2021 R\$ 2.843.819, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida) para o final do exercício. Do saldo anteriormente indicado dos financiamentos de controladas que possuem covenants, penalizam o descumprimento dos covenants com a proibição de pagamento de dividendos e/ou redução de capital. Todos os covenants estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de *default* em 31 de dezembro de 2021.

15. Provisões e depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Provisões para riscos	-	-	9.262	13.635
Processos trabalhistas	-	-	91.528	88.525
Processos fiscais	90.660	88.391	100.790	102.160
Não circulante	90.660	88.391	100.790	102.160

a) Provisões para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso.

Nos processos fiscais os principais valores são decorrentes da provisão para IRPJ/CSLL, no valor atualizado de R\$ 90.660, sobre juros indenizatórios associados à parcela do recebimento do acordo judicial pela Companhia, visando a não exigibilidade da tributação.

b) Perdas possíveis

Em relação aos processos classificados pelos advogados da Companhia como "perdas possíveis", os mesmos igualmente referem-se a processos fiscais e trabalhistas. Os processos fiscais referem-se à discussões administrativas sobre compensação de créditos de IRPJ/CSLL, multas por compensações não homologadas, pedidos de ressarcimentos de PIS e COFINS, bem como sobre a incidência ou não de IRPJ/CSLL, totalizando R\$ 8.000. Judicialmente há processo visando o reconhecimento da compensação de créditos de PIS e COFINS com débitos de IRPJ e CSLL e, consequentemente, nulidade da indevida cobrança, no montante de R\$ 1.500. Outros processos que totalizam R\$ 6.304 são relativos principalmente a horas extras, adicional de periculosidade, reconhecimento de relação de emprego e férias.

Em relação a tais casos, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, não foram constituídas provisões para perdas.

c) Depósitos judiciais

Os principais depósitos judiciais referem-se a ação judicial visando a não exigibilidade da tributação sobre juros indenizatórios comentado no item (a) acima, bem como os depósitos judiciais realizados no decorrer do andamento das ações das empresas do grupo que visam a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Natureza	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Processos trabalhistas	-	1.916
Processos fiscais	90.701	88.431
Não circulante	90.701	88.431

16. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos do passivo de arrendamento dos contratos de aluguel referente a terrenos, imóveis e máquinas e equipamentos são:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.738	8.998
Adições	-	-
Juros apropriados	-	(1.165)
Pagamento de aluguel	-	(8.622)
Ajuste de conversão	-	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.738	15.460
Passivo Circulante	15.460	-
Passivo Não circulante	34.278	15.460

Em 2020 o saldo do passivo circulante correspondia a R\$ 16.233 e o passivo não circulante correspondia a R\$ 34.505.

As taxas de desconto adotadas pela Companhia e suas controladas levam em conta as taxas aplicáveis aos países onde as controladas estão sediadas e variam de 1,1% a 11%, dependendo do país onde os ativos estão localizados. A Companhia e suas controladas não atuam como arrendadoras em nenhum contrato de aluguel.

17. Benefícios a empregados

A controlada Fitesa possui planos de benefício pós-emprego para empregados qualificados em suas investidas dos Estados Unidos, Alemanha, Itália, México e Tailândia, cujas obrigações atuariais estão avaliadas a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

País	Descrição dos planos	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20
Alemanha	Prêmio por tempo de serviço	851	848
Alemanha	Plano de aposentadoria	20.758	21.544
Itália	Prêmio por tempo de serviço	7.612	8.068
México	Plano de aposentadoria	667	570
México	Prêmio por tempo de serviço	485	505
México	Prêmio por demissão sem justa causa	3.206	3.867
EUA	Plano de assistência médica pós-aposentadoria	1.447	1.470
Tailândia	Plano de aposentadoria	7.890	7.635
Total		42.896	44.507
Circulante		1.540	1.578
Não circulante		41.356	42.929

Os planos de aposentadoria existentes na Alemanha, México e na Tailândia enquadram-se no conceito de planos de benefício definido; o plano da Itália e o plano de assistência médica pós-aposentadoria dos Estados Unidos estão fechados para novos membros, seguindo os funcionários ativos acumulando benefícios. A Fitesa não possui fundo independente constituído.

A avaliação atuária dos planos de benefícios foi feita para 31 de dezembro de 2021, utilizando premissas apropriadas para a referência data e dados atualizados de beneficiários para cada um dos planos separadamente, sendo a Fitesa responsável integralmente pelos riscos atuariais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais foram:

	31/12/21	31/12/20
Taxa de desconto (média)	1,74%	1,32%
Inflação (média)	2,35%	1,90%
Atualização salarial (México)	5,00%	5,00%
Atualização salarial (Tailândia)	3,00%	3,00%
Aumento nos pagamentos de benefício (Alemanha)	2,10%	1,40%
Aumento nos benefícios (Itália)	3,10%	2,55%

Os movimentos nas obrigações referentes a benefício a empregados são os seguintes:

	31/12/21	31/12/20
Saldo de abertura	44.507	31.608
Custo sobre os planos (período corrente)	2.113	1.603
Benefícios pagos	(2.599)	(1.964)
(Perdas)/ganhos atuariais	(889)	1.659
Variação cambial em planos no exterior	(236)	11.601
Benefícios a empregados	42.896	44.507

18. Incentivos fiscais

Referem-se aos seguintes incentivos, os quais, para fins de apresentação, estão considerados no consolidado na receita líquida de impostos, no caso do ICMS, e na linha de imposto de renda, no caso do IRPJ, quando provenientes de controladas ou no resultado de equivalência patrimonial quando proveniente do empreendimento controlado em conjunto.

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) contabilizado no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e pelo empreendimento controlado em conjunto e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial correspondem no consolidado em 31 de dezembro de 2021 a R\$ 160.581 (R\$ 124.557 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Fitesa Nôtedicos firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Negócios do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopemtegrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido.

A controlada America Embalagens, com sede no Rio Grande do Sul, goza de incentivo do ICMS, através da utilização de crédito fiscal presumido de ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 55.392 de 2020.

O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido.

O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido; possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Programa Sertipiano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, representado por redução do percentual do imposto devido na unidade de Estância-SE, tendo esse benefício vencimento em 2034; goza de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI representado pelo crédito presumido de ICMS em sua unidade de Teresina-PI, com vencimento em 2033; é beneficiária de incentivo fiscal de ICMS na planta de Rio Verde-GO através do Programa Pro Goiás o qual conta com redução do percentual devido nas operações próprias realizadas, com vencimento em 2032. Ainda, possui crédito outorgado de ICMS relacionado ao investimento da planta daquela localidade, sendo este utilizado em parcelas mensais e com vencimento em 2023. Apesar do prazo de vigência citados serem os concedidos por cada Estado, a Lei Complementar nº 160/2017 estabelece que todos incentivos cessarão em dezembro de 2032, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus.

(b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do imposto de Importação e isenção do imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2025, bem como redução da base de cálculo do imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 759.851, composto por 16.020.849 ações, sendo 5.872.569 ações ordinárias e 10.148.280 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de capital

• Debêntures conversíveis

Em 2018, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições:

Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028.
Valor da emissão: R\$ 500.000 (500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1).

Aos Conselheiros e Diretores da

Évora S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Évora S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Évora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Veja a Nota 4.j, 22 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A receita de vendas das controladas da Companhia é reconhecida no momento específico no tempo em que há transferência do controle do produto para o cliente. Para fins de reconhecimento da receita é necessário exercer julgamento para avaliar o momento em que ocorre a transferência do controle sobre o produto ao cliente.

Em razão da relevância dos valores envolvidos do volume de transações e da necessidade de julgamento para avaliar a determinação do momento de transferência de controle dos produtos vendidos ao cliente que pode impactar a determinação do momento de reconhecimento da receita e conseqüentemente o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) o entendimento dos processos relevantes de venda relacionado ao momento do reconhecimento da receita;

(ii) testes documentais, em base amostral, sobre o momento do reconhecimento das receitas de vendas pela transferência do controle do produto ao cliente, inspecionando os comprovantes de entrega dos produtos e prazos médios de entrega em diferentes localidades.

(iii) testes documentais, com base em amostragem, das transações de receita contemplando todo o período, inspecionando as notas fiscais, pedidos de venda, comprovantes de recebimento e entrega dos produtos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy
Contador - CRC PR-050218/O-0 T-SC

PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/02/24/1426/issue9297.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

INÍCIO		TERMOS DE USO	F.A.Q.
VERIFICADOR DE CONFORMIDADE			
Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):			
Selecione o arquivo de assinatura...		SELECIONAR ASSINATURA	
VERIFICAR CONFORMIDADE			

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

